



Conselho das Finanças Públicas
Portuguese Public Finance Council

Análise do Documento de Estratégia Orçamental 2014-2018

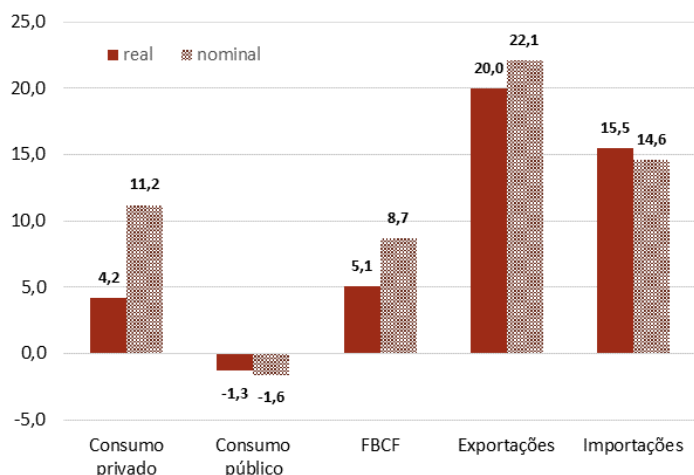
junho de 2014

Cenário macroeconómico

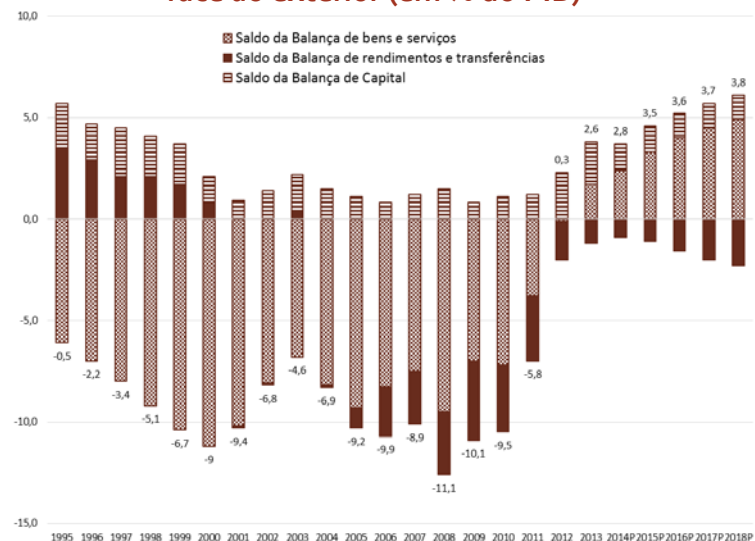
• O cenário macroeconómico apresentado parece ser equilibrado e razoavelmente prudente:

- Previsão de crescimento a taxas moderadas do PIB (de 1,2 em 2014 a 1,8 em 2018):
 - Com contributo mais relevante da procura interna, mas mantendo um saldo positivo permanente das exportações líquidas (apesar do aumento das importações).
 - FBCF é a componente da procura que se espera que mais contribua para o crescimento do produto.
 - Aumento do saldo positivo das balanças corrente e de capital até 2018.

Previsão da variação acumulada das componentes da Procura Agregada implícita no DEO/2014 (milhares de M€)



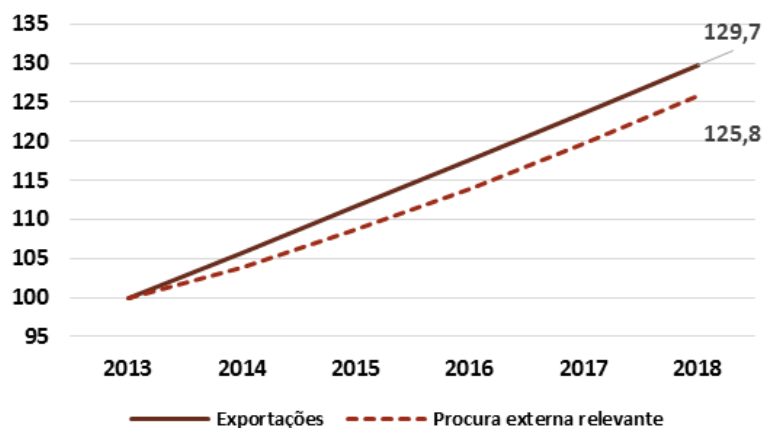
Necessidade (-)/Capacidade (+) líquida de financiamento face ao exterior (em % do PIB)



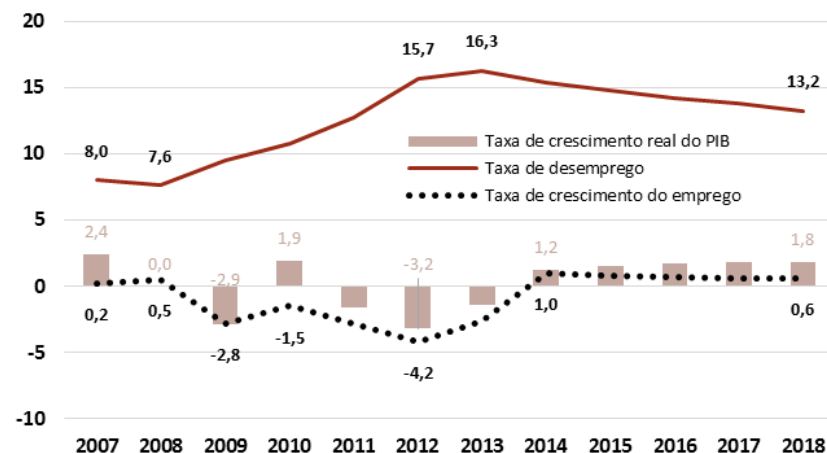
Cenário macroeconómico

- **Exportações:** previsão de crescimento médio anual elevado (5% ou acima) até 2018; com aumento significativo do peso no PIB (de 41% em 2013 para 49% em 2018). Este crescimento é mais elevado que o previsto para a procura externa relevante o que constitui um risco.
- **Taxa de desemprego:** deverá permanecer em níveis elevados ao longo do horizonte de projecção, em resultado de uma previsão modesta de criação de emprego (aumento da produtividade) ainda que com uma redução progressiva até 2018 (com contributo da diminuição da população ativa).

Índices do crescimento real previsto das exportações e da procura externa relevante

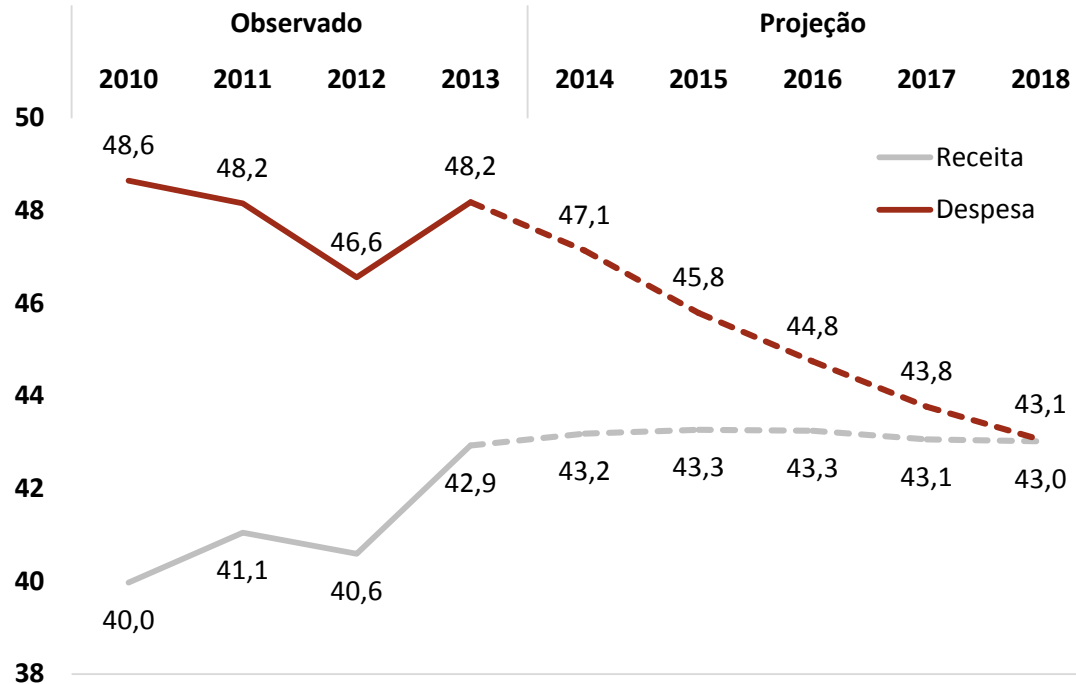


Crescimento do PIB, Emprego e Desemprego (%)



Agregados Orçamentais

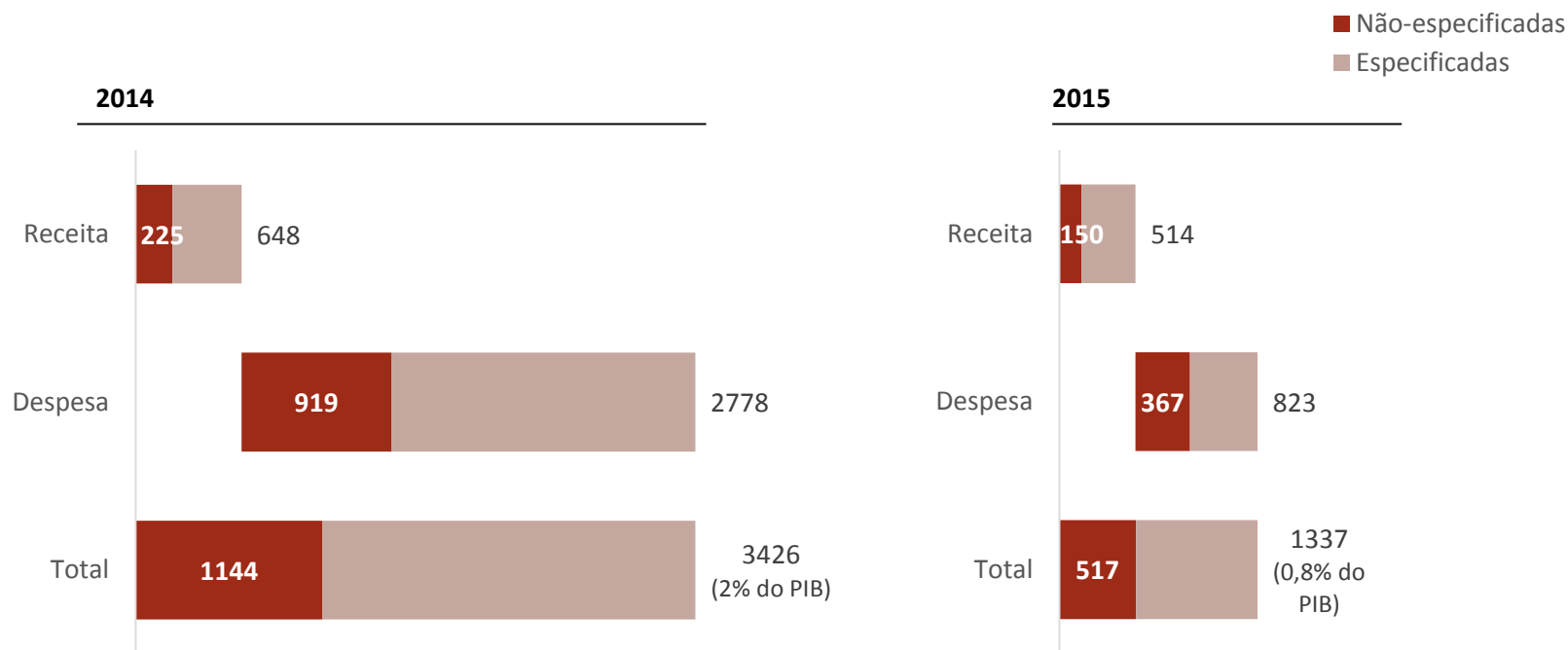
Receita e despesa ajustada (em % do PIB)



- Em 2018 o MF projeta uma convergência entre o peso da receita e da despesa no PIB.
- Crescimento marginal de 0,1 p.p. do peso da receita total no PIB.
- Redução do rácio da despesa em 5,1 p.p. do PIB até 2018.

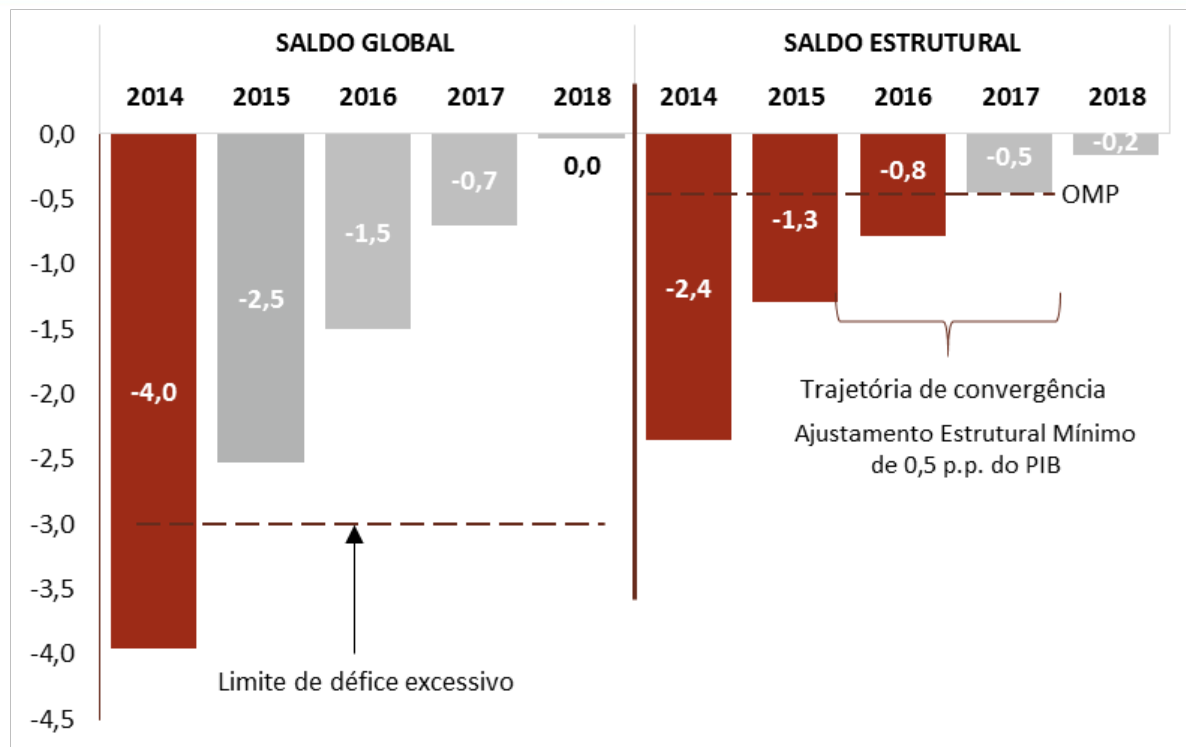
Medidas de consolidação orçamental

Medidas permanentes (M€)



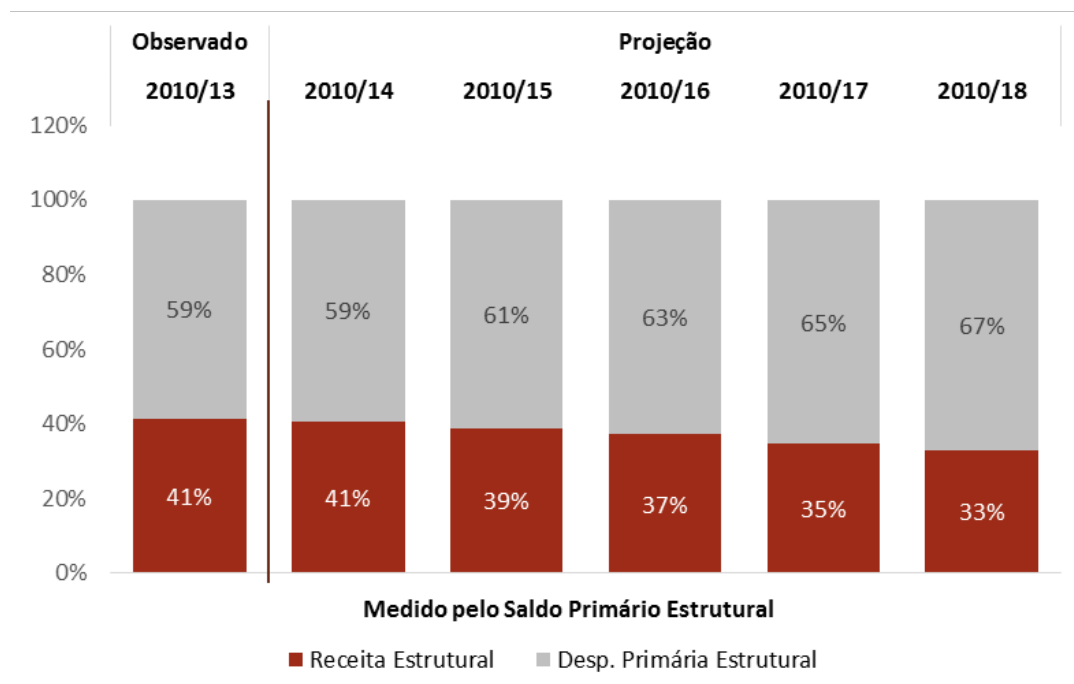
- O DEO/2014 continua a apresentar medidas não especificadas: cerca de 1/3 em 2014 e 2015;
- Falta de projeção num cenário de políticas invariantes prejudica a transparência e a avaliação das projeções apresentadas.

Saldos Orçamentais



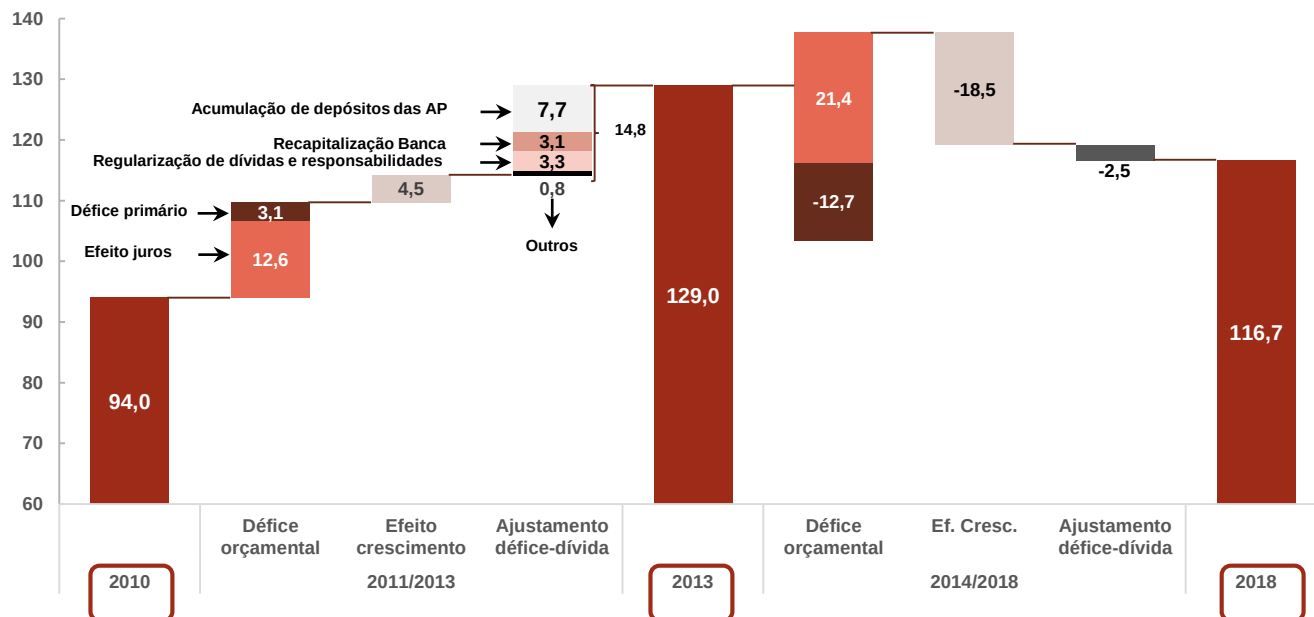
- Os objetivos de correção do déficit excessivo e de cumprimento do OMP para o saldo estrutural mantêm-se face ao DEO/2013.
- Durante o período de projeção do DEO/2014, as regras para o saldo orçamental implicam a correção do déficit excessivo e o cumprimento da trajetória de convergência para o OMP.

Composição do Ajustamento Orçamental



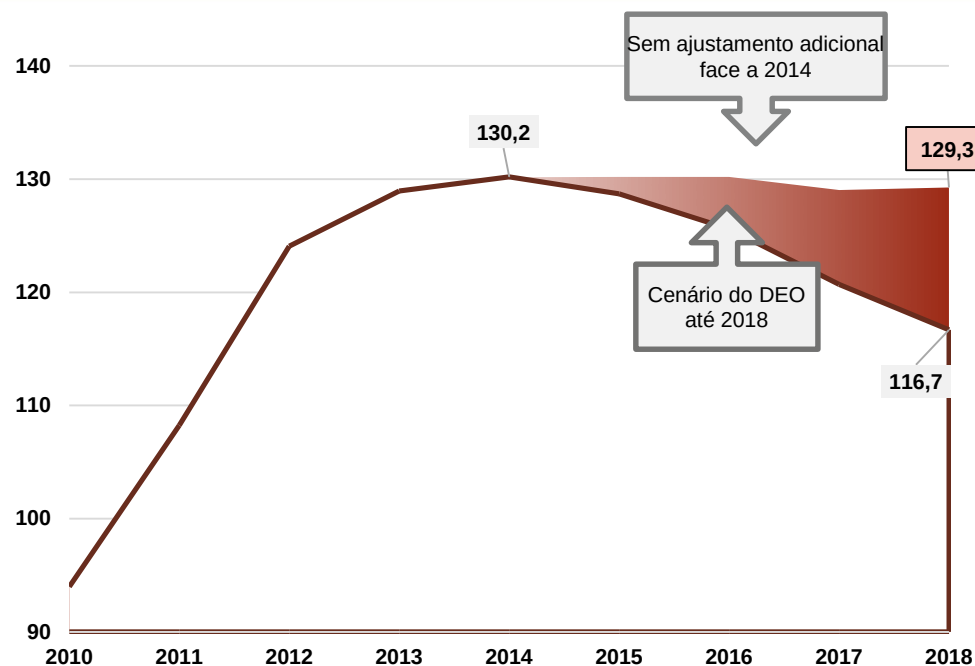
- A projeção do DEO/2014 aponta para que 2/3 do esforço de consolidação orçamental seja assegurado pela redução da despesa primária;
- Distribuição do esforço resultará, sobretudo, do contributo da despesa corrente primária em contraste com uma estabilização do contributo da despesa de capital a partir de 2016.
- Comparativamente com o DEO anterior, o esforço de consolidação a realizar por via da despesa é alterado, prevendo-se maior contributo da receita.

Contributos para a evolução da dívida



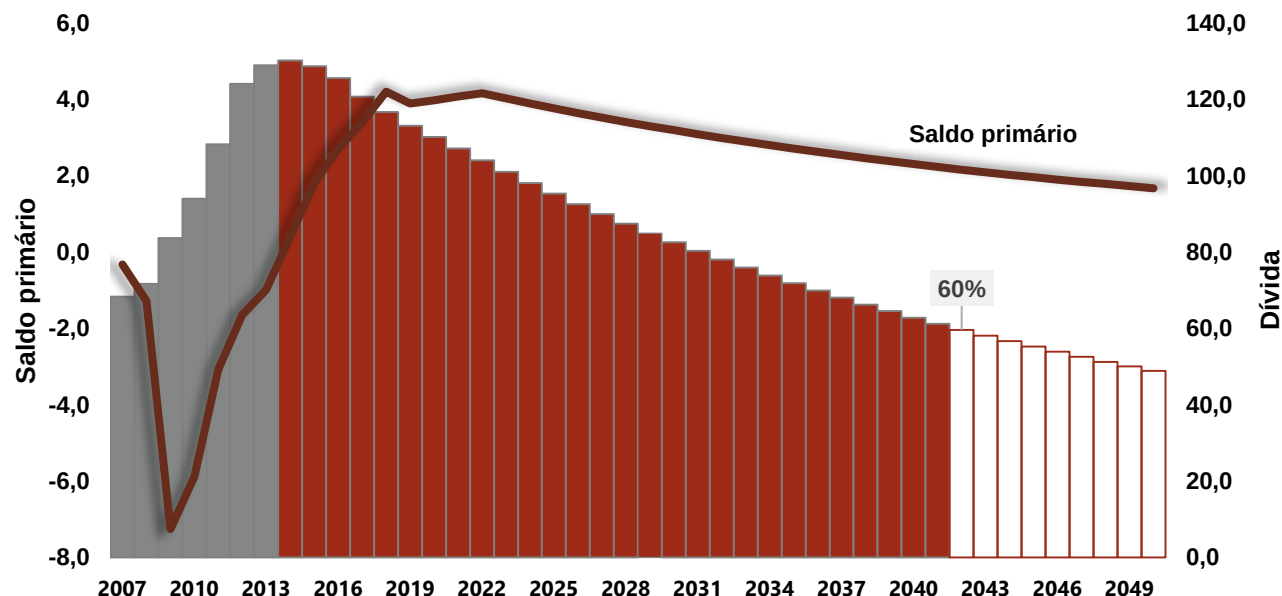
- O cumprimento da trajetória prevista no DEO/2014 implica um esforço de consolidação orçamental significativo para alcançar os excedentes primários previstos (num total cumulativo de 12,7 p.p. do PIB).
- Os encargos com juros são a única componente que terá um efeito de agravamento.
- O efeito bola de neve tem um contributo para o crescimento do rácio entre 2014 e 2018, em cerca de 2,9 p.p. do PIB [17,1 p.p. em 2010-13]

Análise de sensibilidade da dívida



- O rácio da dívida em 2020 estaria praticamente igual ao de 2013 (129,3% do PIB) caso se mantivesse inalterado o saldo primário no valor previsto para 2014 (excedente de 0,4% do PIB), uma taxa de juro de 4% e o ritmo de crescimento económico previsto no DEO.
- Num cenário adicional, em que o ajustamento défice-dívida seria nulo, o rácio da dívida atingiria um valor ainda mais elevado de 131,8% do PIB em 2020.

Cenário de cumprimento do OMP no longo prazo



Hipóteses:

- Taxa de juro = 4,5%
- PIB nominal = 3,5% (a partir de 2022)
- OMP = 0,5% do PIB

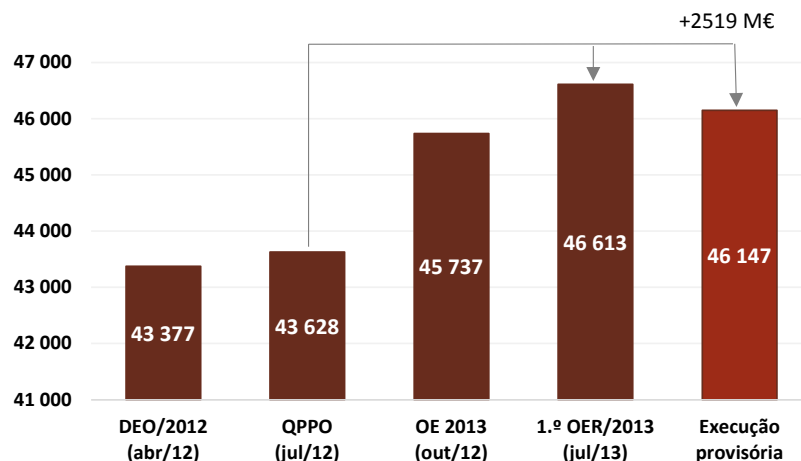
- O cumprimento do objetivo de médio prazo de um défice estrutural de 0,5% do PIB permite cumprir a regra de redução do excesso de dívida face ao valor de referência de 60% do PIB ao ritmo de um vigésimo por ano.

Quadro Plurianual de Programação Orçamental

2013

- O limite de despesa para 2013 foi alterado por 3 vezes em 15 meses, o que confirma, na prática, o carácter não vinculativo do limite estabelecido.
- A execução provisória de 2013 aponta para que o nível de despesa tenha ficado abaixo do limite aprovado no 1.º OER (- 466 M€).

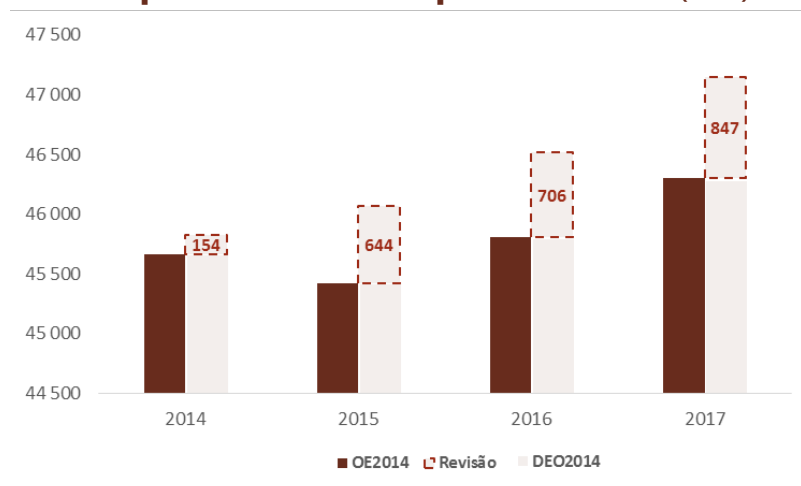
Revisões do limite para 2013 (M€)



2014-2018

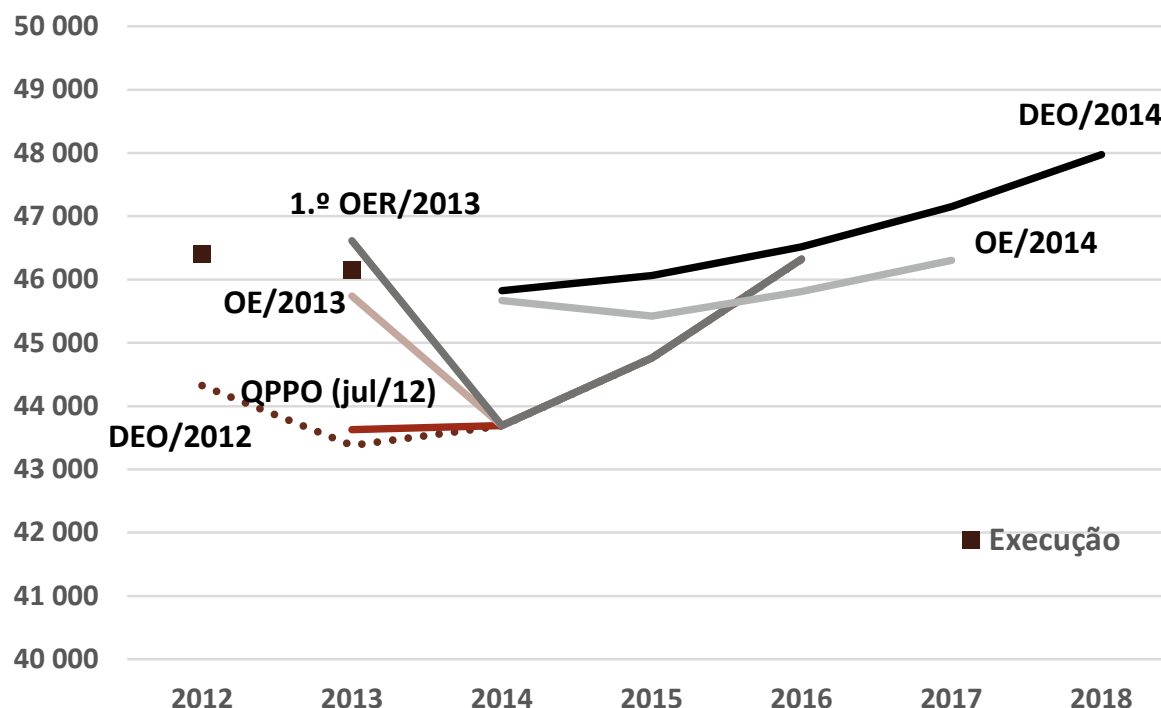
- DEO/2014 aponta para uma revisão em alta dos limites para 2014, 2015, 2016 e 2017.
- A atualização desses limites carece de alteração legislativa (QPPO não foi revisto no âmbito do OER/2014).
- QPPO apresenta pela primeira vez um limite de despesa para o ano de 2018.

Proposta de revisão para 2014-17 (M€)



Quadro Plurianual de Programação Orçamental

Revisões dos limites plurianuais de despesa (M€)



- O QPPO não tem evidenciado o nível de estabilidade que lhe deveria ser inerente.
- No DEO/2014 não é demonstrada a compatibilidade dos objetivos orçamentais definidos em contas nacionais com os limites de despesa previstos no QPPO.
- CFP recomenda que os limites de despesa sejam desagregados por programa para todo o horizonte temporal do QPPO.

Indicadores Orçamentais

Saldo orçamental:	Em % do PIB							Variação (p.p. do PIB)						
	2010	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2014	2015	2016	2017	2018	2010-13	2013-18
Primário (PDE)	-7,0	-0,6	0,4	1,8	2,7	3,4	4,2	1,0	1,4	0,9	0,7	0,7	6,4	4,8
Global (PDE)	-9,8	-4,9	-4,0	-2,5	-1,5	-0,7	0,0	0,9	1,4	1,0	0,8	0,7	4,9	4,9
Ajustado de med. temporárias, não recorrentes	-10,2	-5,3	-4,2	-2,5	-1,5	-0,7	0,0	1,1	1,7	1,0	0,8	0,7	4,9	5,2
Ajustado de med. temporárias, não recorrentes e de fatores especiais (FE)	-8,7	-5,3	-4,2	-2,5	-1,5	-0,7	0,0	1,1	1,7	1,0	0,8	0,7	3,4	5,2
Ajustado do ciclo	-9,3	-2,4	-2,1	-1,3	-0,8	-0,5	-0,2	0,3	0,8	0,5	0,3	0,3	6,8	2,3
Estrutural	-9,6	-2,8	-2,4	-1,3	-0,8	-0,5	-0,2	0,4	1,1	0,5	0,3	0,3	6,8	2,6
Estrutural líquido de fatores especiais	-8,1	-2,8	-2,4	-1,3	-0,8	-0,5	-0,2	0,4	1,1	0,5	0,3	0,3	5,3	2,6
Primário estrutural	-6,8	1,5	2,0	3,0	3,4	3,7	4,0	0,5	1,1	0,4	0,2	0,4	8,3	2,6
Primário estrutural líquido de fatores especiais	-5,3	1,5	2,0	3,0	3,4	3,7	4,0	0,5	1,1	0,4	0,2	0,4	6,8	2,6
<i>por memória</i>														
medidas temporárias ou não recorrentes	0,3	0,3	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,1	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,3
fatores especiais	-1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0
medidas temporárias, não recorrentes e FE	-1,1	0,3	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,1	-0,2	0,0	0,0	0,0	1,5	-0,3
hiato do produto*	-1,2	-5,3	-4,0	-2,7	-1,6	-0,6	0,3	1,4	1,3	1,1	1,0	0,8	-4,2	5,6
componente cíclica	-0,5	-2,5	-1,8	-1,2	-0,7	-0,3	0,1	0,6	0,6	0,5	0,5	0,4	-1,9	2,6
juros (PDE)	2,8	4,3	4,3	4,3	4,2	4,1	4,2	0,1	0,0	-0,1	-0,1	0,1	1,5	-0,1

Evolução dos Agregados Orçamentais 2010-18

(Valores Ajustados de medidas temporárias e fatores especiais)

	Em % do PIB							Var. p.p. do PIB						
	2010	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2014	2015	2016	2017	2018	2010-13	2013-18
Receita Total	40,0	42,9	43,0	43,3	43,3	43,1	43,0	0,1	0,2	0,0	-0,2	0,0	3,0	0,1
Receita corrente	38,8	42,0	42,1	42,3	42,3	42,1	42,0	0,0	0,2	0,0	-0,2	0,0	3,2	0,0
Receita fiscal	22,1	24,8	25,0	25,3	25,3	25,4	25,5	0,2	0,3	0,1	0,1	0,1	2,6	0,7
Impostos indiretos	13,3	13,4	13,7	13,9	13,9	14,0	14,0	0,3	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,6
Impostos diretos	8,8	11,4	11,3	11,4	11,4	11,4	11,4	-0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	2,6	0,1
Contribuições sociais	12,3	12,0	11,8	11,7	11,5	11,4	11,2	-0,2	-0,1	-0,1	-0,1	-0,2	-0,3	-0,8
Das quais: efetivas	9,1	9,1	9,2	9,3	9,2	9,1	9,0	0,1	0,1	-0,1	-0,1	-0,1	0,0	-0,1
Vendas e outras receitas correntes	4,4	5,2	5,3	5,4	5,4	5,3	5,4	0,0	0,1	0,1	-0,1	0,1	0,9	0,1
Receitas de capital	1,2	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,3	0,1
Despesa Total	48,6	48,2	47,2	45,8	44,8	43,8	43,1	-0,9	-1,4	-1,0	-1,0	-0,7	-0,5	-5,1
Despesa primária	45,8	43,9	42,9	41,5	40,5	39,7	38,9	-1,0	-1,4	-0,9	-0,9	-0,8	-1,9	-5,1
Despesa corrente primária	42,1	41,9	40,7	39,3	38,5	37,7	37,0	-1,2	-1,4	-0,8	-0,8	-0,7	-0,2	-5,0
Consumo intermédio	4,7	4,4	4,6	4,3	4,3	4,1	4,0	0,2	-0,3	0,1	-0,2	-0,1	-0,3	-0,4
Despesas com pessoal	12,2	10,7	9,7	9,1	8,8	8,6	8,5	-1,0	-0,6	-0,3	-0,2	-0,1	-1,5	-2,3
Prestações sociais	21,9	23,4	22,9	22,4	22,0	21,6	21,2	-0,6	-0,5	-0,4	-0,4	-0,4	1,5	-2,3
em espécie	4,8	4,6	4,5	4,3	4,2	4,0	3,9	-0,1	-0,2	-0,1	-0,1	-0,1	-0,2	-0,7
Subsídios	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,1	0,0
Outra despesa corrente	2,5	2,7	2,8	2,8	2,6	2,7	2,7	0,2	0,0	-0,2	0,1	0,0	0,1	0,0
Despesas de capital	3,7	2,0	2,2	2,2	2,0	2,0	1,9	0,2	0,0	-0,1	-0,1	-0,1	-1,7	-0,1
FBCF	3,0	1,4	1,8	1,7	1,7	1,6	1,6	0,3	0,0	-0,1	-0,1	-0,1	-1,6	0,1
Outras despesas de capital	0,7	0,6	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	-0,2	0,0	-0,1	0,0	0,0	-0,2	-0,2
Juros (PDE)	2,8	4,3	4,3	4,3	4,2	4,1	4,2	0,1	0,0	-0,1	-0,1	0,1	1,5	-0,1
Saldo global (PDE)	-8,7	-5,3	-4,2	-2,5	-1,5	-0,7	0,0	1,1	1,7	1,0	0,8	0,7	3,4	5,2
Saldo primário (PDE)	-5,9	-1,0	0,1	1,8	2,7	3,4	4,2	1,1	1,7	0,9	0,7	0,7	4,9	5,1
 Carga fiscal	 31,3	 33,9	 34,2	 34,5	 34,5	 34,5	 34,5	 0,3	 0,4	 0,0	 0,0	 0,0	 2,6	 0,6
Despesa corrente	44,9	46,2	45,1	43,6	42,7	41,8	41,2	-1,1	-1,4	-0,9	-0,9	-0,7	1,3	-5,0
Dívida Pública	94,0	129,0	130,2	128,7	125,6	120,7	116,7	1,2	-1,5	-3,1	-4,9	-4,0	35,0	-12,3



OBRIGADA PELA VOSSA ATENÇÃO
